



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 05/04/2019



Por que as pequenas empresas devem investir na preparação

Este resumo é baseado em um estudo de Capacidade de Revisão de Postos de Aliança de Resiliência de Inundação de Zurique (PERC) analisando as inundações de 2017 em Houston após o furacão Harvey. Este documento, e o resumo do papel das empresas na recuperação comunitária, foram produzidos como peças resumidas com as principais lições aprendidas sobre o papel das empresas e a preparação comercial para proteger os meios de subsistência e apoiar a recuperação da comunidade após desastres.

Desastres podem ter impactos profundos nas empresas. 40% a 60% das pequenas empresas não reabrem após um desastre. Para muitas empresas, os impactos potenciais de desastres incluem impactos físicos diretos de eventos extremos, bem como impactos indiretos, como problemas de pessoal, interrupções na cadeia de fornecimento e redução do tráfego de pedestres resultante de danos à comunidade vizinha. Ambos os impactos diretos e indiretos podem interromper as operações comerciais do dia a dia. Quando combinados com fatores complicadores, como falta de seguro, falta de reservas financeiras para substituir equipamentos ou estoque destruídos, e / ou o impacto financeiro de vários dias ou semanas de inoperância não planejada ou desaceleração nos negócios, os impactos podem levar a encerramentos permanentes. Isso, por sua vez, impacta não apenas os donos de empresas, mas também os funcionários e as comunidades em que essas empresas estão localizadas. Com isso em mente, tomar medidas para planejar e se preparar para desastres pode minimizar as restrições aos negócios, contribuir para um tempo de recuperação mais curto e proteger as economias e os meios de subsistência locais.

FONTE: https://www.preparecenter.org/sites/default/files/why_small_businesses_should_invest_in_preparedness_final.pdf



ONU Meio Ambiente lança publicação detalhando suas atividades no Brasil

A ONU Meio Ambiente [lançou uma publicação](#) que detalha o portfólio de atuação da agência no país, com foco especial para o período de 2017 a 2018. O documento, voltado ao público geral e atores ambientais, apresenta os projetos desenvolvidos nas seis áreas temáticas do organismo: eficiência de recursos, mudança do clima, ecossistemas saudáveis e produtivos, meio ambiente em estudo, governança ambiental e químicos, resíduos e qualidade do ar.

Segundo a agência da ONU, a abrangência dos resultados reforça a importância do Brasil no contexto global do desenvolvimento sustentável e das frutíferas parcerias com os entes governamentais, instituições cívicas, privadas e acadêmicas.

Disponível em inglês e português, o material também detalha a estrutura global da ONU Meio Ambiente e os secretariados e convenções liderados pelo programa, assim como seus principais parceiros globais e nacionais. Por meio de um mapa, expõe o escopo geográfico dos projetos, que estão distribuídos em todas as regiões do país.

Como conteúdo central, a publicação apresenta todos os projetos do escritório nacional e destaca os principais resultados dos últimos dois anos. Entre eles, o avanço na implementação do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr), que atingiu mais de 15 milhões de registros de ocorrência de biodiversidade. Também é destacado a conclusão da análise do marco regulatório nacional para identificar lacunas e avaliar reformas necessárias para a ratificação e pronta implementação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio no Brasil.

Na área de mudança do clima, o destaque foi para o apoio dado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para o desenvolvimento de 21 documentos abertos com subsídios técnicos e mecanismos de políticas públicas para apoiar os principais setores econômicos do país na redução das emissões de gases de efeito estufa, mirando viabilizar os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris da Convenção do Clima.

Com o objetivo de estimular governos locais a adotar políticas e ferramentas de produção e consumo sustentável, a ONU Meio Ambiente Brasil atuou junto ao Ministério do Meio Ambiente na municipalização da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), promovendo cursos de formação para gestores públicos em 359 cidades brasileiras das cinco regiões do país.

Além disso, desenvolveu uma metodologia que define critérios de sustentabilidade para produtos e serviços em compras governamentais, compartilhando as fichas técnicas com parceiros como a Advocacia-Geral da União (AGU), a Agência Nacional de

Energia Elétrica (ANEEL), o Supremo Tribunal Federal (STF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Marinha do Brasil, que têm abraçado e ampliado a agenda nacional das compras públicas sustentáveis.

Também foi destaque, em 2018, o lançamento, em setembro, no Rio de Janeiro, da Iniciativa global da ONU de Defensores Ambientais, em resposta à escalada da violência enfrentada por aqueles que trabalham na linha de frente da proteção da Terra e dos recursos naturais.

Nos meses seguintes, a instituição promoveu três media *briefings* com comunicadores do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Brasília, que se reuniram para discutir o papel crucial da mídia na divulgação de informações relacionadas à perda de espécies e habitat, poluição, direito à terra, crimes ambientais e a proteção de defensores dos direitos humanos e do meio ambiente.

Na área de governança, para conservação e recuperação da Mata Atlântica — floresta que já perdeu mais de 90% da sua área original —, a ONU Meio Ambiente priorizou o fortalecimento da gestão ambiental nos municípios.

Junto à Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), a iniciativa está percorrendo os 17 estados brasileiros que abrigam a Mata Atlântica para sensibilizar e mobilizar conselheiros, prefeituras, governos estaduais e Ministério Público para a proteção desse bioma que beneficia a vida de 72% da população brasileira com serviços ecossistêmicos inestimáveis e fundamentais à saúde pública.

Outra frente importante de atuação da agência ambiental da ONU no Brasil são as áreas de Comunicação e Campanhas. A revista destaca atividades do Dia Mundial do Meio Ambiente nos últimos dois anos, além de descrever os avanços da campanha #MaresLimpos no combate ao lixo plástico que invade mares e oceanos.

Para 2019, a representante da ONU Meio Ambiente, Denise Hamú, renovou o comprometimento do programa com o país.

“Nossa perspectiva para 2019 é manter o nível de profissionalismo e pertinência das ações desenvolvidas no Brasil, bem como completar as atividades em andamento e promover a sustentabilidade das ações já empreendidas. A Agenda 2030 seguirá ditando o curso das ações que desenvolveremos no próximo ano, e a ONU Meio Ambiente Brasil continuará trabalhando com entusiasmo para construir um futuro melhor, mais saudável e sustentável para nós, nossos filhos e netos”, concluiu.

FONTE: <https://www.unenvironment.org/pt-br/news-and-stories/press-release/onu-meio-ambiente-lanca-publicacao-destacando-atividades-do-programa>



Ação humanitária antecipatória: qual o papel do CERF? Passando da resposta rápida para a ação antecipada

Este estudo investiga o tipo de atividades programáticas que poderiam ser adequadas para o financiamento do Fundo Central de Resposta a Emergências (CERF), se fosse abrir aplicativos para ação antecipada em antecipação a crises humanitárias. O estudo considera tanto as ações que são relevantes sob os critérios de salvamento do CERF, quanto os tipos de ações que as agências humanitárias gostariam de tomar antes de uma crise, mas que atualmente não podem financiar através do CERF. Do jeito que está, os atuais critérios de salvamento da CERF oferecem um escopo significativo para incluir ações antecipadas bem planejadas e bem sequenciadas. A ação antecipada difere mais no tempo do que no conteúdo do suporte humanitário tradicional.

Ainda assim, há algum desconforto sobre se o financiamento do CERF poderia ser usado de forma antecipatória sem cair na categoria amorfa de 'preparação'. Os entrevistados para este estudo, exceto aqueles que trabalham em projetos de FbA, nivelaram distinções entre prontidão, ação antecipada e resposta rápida. No entanto, o monitoramento e a análise de riscos, o desenvolvimento de planos de contingência, o treinamento de interessados-chave e a condução de exercícios de cenário de desastre são todas ações de preparação geral; não se enquadram no âmbito da ação humanitária em situações de emergência, apesar de serem indispensáveis para uma ação e resposta precoces e eficazes. Ao comprometer as finanças e estabelecer mecanismos de ação quando certos limites de risco são atingidos, o CERF pode incentivar os agentes de desenvolvimento e humanitários a empreender novos tipos de atividades de preparação. Por sua vez,

Em meio a debates sobre ações antecipatórias, é fácil esquecer que vidas estão em jogo. O CERF optando por agir mais cedo não é simplesmente uma mudança operacional que reflete a última moda da ação humanitária, mas uma mudança que terá implicações genuínas para as pessoas que sofrem secas, fogem da violência e dos conflitos ou vivem perto de uma doença mortal e contagiosa. Para as famílias vulneráveis, receber apoio mais cedo pode significar a diferença entre devastação e resiliência.

FONTE: <https://www.alnap.org/system/files/content/resource/files/main/12643.pdf>



Previsão de riscos, evitando desastres: implementando a ação antecipada baseada em previsão em escala

Este documento identifica os principais recursos de mais de 25 instrumentos de ação antecipada baseada em previsão (FbA) projetados para antecipar e reduzir os impactos de perigos naturais e provocados pelo homem. Embora o documento se baseie em evidências de uma ampla gama de iniciativas da FbA nos últimos cinco anos, ele não pretende fornecer uma revisão abrangente, mas aponta algumas das semelhanças e diferenças entre essas iniciativas dentro de um campo de prática díspar. .

O documento situa as inovações da FbA dentro de agendas humanitárias mais amplas de gerenciamento de riscos de desastres e de desenvolvimento e processos de reforma. Os autores examinam toda a cadeia de uso de dados e tomada de decisões: de decisões sobre os dados de previsão e monitoramento a serem avaliados, a seleção de gatilhos e limiares (e métodos para integrar dados de impacto biofísico e sócio-econômico), protocolos para a ação e os mecanismos de financiamento necessários para fornecer apoio às comunidades antes que um desastre aconteça.

Existem desafios significativos associados ao uso sistemático de previsões para acionar a liberação de fundos humanitários internacionais e nacionais - e, portanto, assumir algum controle sobre a alocação de doadores, governos e ONGs -, mas esse tipo de mudança é necessário para que a FbA tenha um impacto significativo. impacto na vida das populações vulneráveis.

O artigo conclui considerando o potencial para que os mecanismos da FbA sejam adotados em grande escala nas tomadas de decisões humanitárias e na gestão do risco de desastres através do uso de diferentes fontes de financiamento de risco e mecanismos de entrega nacionais e internacionais.

FONTE: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/12104.pdf>



Relatório global sobre crises alimentares 2019

Este Relatório Global sobre Crises Alimentares (GRFC) contribui para os esforços de desenvolvimento humanitário, fornecendo à comunidade global e nacional de segurança alimentar e membros da Rede Global Contra Crises Alimentares (GNAFC) informações oportunas, independentes e baseadas em consenso sobre a gravidade, magnitude e condutores de insegurança alimentar e desnutrição em contextos de crise alimentar. Essas informações apoiam os atores humanitários e de desenvolvimento no planejamento e financiamento de respostas baseadas em evidências, enquanto usam os dados para buscar ações políticas de alto nível para soluções duradouras para crises alimentares.

O Capítulo 1 apresenta a lógica do relatório, sua cobertura geográfica e descreve a metodologia.

O Capítulo 2 apresenta uma visão geral das crises alimentares de 2018. Uma tabela de 53 países e territórios com crises alimentares dá o pico de 2018 de pessoas com insegurança alimentar que necessitam de ação urgente, bem como o número daqueles que precisam de apoio de longo prazo, como redução do risco de desastres, proteção dos meios de subsistência e resiliência. intervenções de construção, para evitar que sejam afetadas pelas formas mais graves de insegurança alimentar aguda. Ele identifica os principais fatores e fatores que contribuem para as crises alimentares ao longo do ano, fazendo comparações com edições passadas. Ele também fornece uma visão geral do estado nutricional da população em crises.

O Capítulo 3 apresenta uma análise país por país da insegurança alimentar e da desnutrição em 27 crises selecionadas. Cada resumo contém uma narrativa sobre a magnitude, gravidade e principais fatores de insegurança alimentar e desnutrição, precedidos por um resumo gráfico de uma página.

O Capítulo 4 fornece uma análise das tendências esperadas em 2019. Ele identifica quais países são propensos a experimentar a melhoria da segurança alimentar e aqueles em que a situação provavelmente permanecerá estática ou se deteriorará. Ele explora as razões por trás das previsões específicas de insegurança alimentar e estima o número de pessoas que necessitam de ação urgente.

FONTE: http://fsinplatform.org/sites/default/files/resources/files/GRFC_2019-Full_Report.pdf



O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo: Construindo resiliência climática para a segurança alimentar e nutricional

O Estado de Segurança Alimentar e Nutrição Mundial foi lançado em setembro de 2017, marcando o início de uma nova era na monitorização do progresso no sentido de alcançar um mundo sem fome e desnutrição, no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este relatório monitora o progresso em direção às metas de acabar com a fome (Meta 2.1 do ODS) e todas as formas de desnutrição (Meta 2.2 do ODS), e fornece uma análise das causas e impulsores subjacentes das tendências observadas. Embora a prevalência de desnutrição esteja na vanguarda do monitoramento da fome, a prevalência de insegurança alimentar grave - baseada na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES) - foi apresentada no ano passado para fornecer uma estimativa da proporção da população que enfrenta sérios capacidade de obter alimentos seguros, nutritivos e suficientes.

Além do conflito e da violência em muitas partes do mundo, os ganhos obtidos no combate à fome e à desnutrição estão sendo corroídos pela variabilidade climática e pela exposição a extremos climáticos mais complexos, frequentes e intensos, conforme mostrado na Parte 2 deste relatório. A fome é significativamente pior em países com sistemas agrícolas que são altamente sensíveis à variabilidade de chuvas e temperaturas e secas severas, e onde o sustento de uma alta proporção da população depende da agricultura. Se quisermos alcançar um mundo sem fome e desnutrição em todas as suas formas até 2030, é imperativo acelerar e ampliar as ações para fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação dos sistemas alimentares e meios de subsistência das pessoas em resposta à variabilidade e extremos climáticos.

A construção da resiliência climática exigirá que a adaptação às mudanças climáticas e a redução e gestão do risco de desastres sejam integradas às políticas, programas e práticas de curto, médio e longo prazo. Os governos nacionais e locais podem encontrar orientação nos resultados e recomendações das plataformas de políticas globais existentes: mudança do clima (regido pela UNFCCC e pelo Acordo de Paris de 2015); redução do risco de desastres (a Estrutura de Sendai sobre Redução do Risco de Desastres); resposta humanitária de emergência (a Cimeira Humanitária Mundial de 2016 e o Grande Acordo); melhor nutrição e dietas saudáveis (a Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição [ICN2] e a Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição 2016–2025); e desenvolvimento como parte da abrangente Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Atualmente, muitas dessas plataformas de políticas globais ainda estão muito compartimentadas e não estão bem alinhadas. Portanto, devemos fazer mais para trabalhar no sentido de uma melhor integração dessas plataformas para assegurar que as ações entre e dentro de setores como meio ambiente, alimentos, agricultura e saúde, busquem objetivos coerentes para enfrentar os impactos negativos e ameaças que mudam a variabilidade climática e o aumento do clima. Os extremos representam a segurança alimentar das pessoas, o acesso a dietas saudáveis, nutrição segura e saúde.

FONTE: <http://www.fao.org/3/I9553EN/i9553en.pdf>



Humanidade consome recursos da Terra a taxas insustentáveis, alerta agência da ONU

George Monbiot, correspondente do jornal britânico *The Guardian* e conhecido por seu ativismo ambiental e político, fez um apelo surpreendente para que as pessoas no Reino Unido reduzissem o uso de carros em 90% ao longo da próxima década.

Muitos indivíduos podem se mostrar avessos a essa ideia, mas talvez ela soe um pouco menos bizarra à luz de um novo relatório da ONU sobre a taxa com que estamos abocanhando os recursos do planeta Terra.

A indústria global do automóvel necessita de quantidades enormes de metais vindos da mineração, assim como de outros recursos naturais, como a borracha. E a transição para os veículos elétricos, embora necessária para conter a poluição do ar e as emissões de gases do efeito estufa, também tem consequências adversas para a natureza — a mineração em larga escala do lítio para as baterias usadas nos veículos elétricos poderia provocar novas dores de cabeça ambientais.

O Panorama Global sobre Recursos 2019, relatório da ONU Meio Ambiente preparado pelo Painel Internacional sobre Recursos, examina as tendências em recursos naturais e nos seus padrões correspondentes de consumo desde os anos 1970. Entre as principais descobertas da pesquisa, estão as seguintes conclusões:

- A extração e o processamento de materiais, combustíveis e alimentos contribuem com metade do total de emissões globais de gases do efeito estufa e com mais de 90% da perda da biodiversidade e do estresse hídrico;
- A extração de recursos mais do que triplicou desde 1970, incluindo um aumento de cinco vezes no uso de minerais não metálicos e um aumento de 45% no uso de combustíveis fósseis;
- Até 2060, o uso global de materiais poderia dobrar para 190 bilhões de toneladas (a partir dos atuais 92 bilhões), enquanto as emissões de gases do efeito estufa poderiam aumentar 43%.

Além dos transportes, outro grande consumidor de recursos é o setor de construção, que cresce rapidamente.

O cimento, o insumo fundamental para a produção de concreto, o material de construção mais usado no mundo, é uma grande fonte de gases do efeito estufa e responde por algo em torno de 8% das emissões de dióxido de carbono, de acordo com um relatório recente da Chatham House.

Tanto a produção de concreto quanto a de argila (para tijolos) incluem processos que consomem muita energia para a extração de matéria-prima, além de etapas de transporte e uso de combustíveis para o aquecimento de fornos.

A areia de qualidade para uso na construção está sendo extraída atualmente a taxas insustentáveis.

“A extração de materiais é um dos principais responsáveis pelas mudanças climáticas e perda da biodiversidade — um desafio que só vai piorar a não ser que o mundo empreenda urgentemente uma reforma sistemática do uso de recursos”, afirma o especialista em mudanças climáticas da ONU Meio Ambiente, Niklas Hagelberg. “Tal reforma é tão necessária quanto possível.”

Transição energética

Dados de 2014 do Banco Mundial mostram que 66% da energia global é fornecida por combustíveis fósseis. A diretora-executiva interina da ONU Meio Ambiente, Joyce

Msuya, pediu a aceleração da transição energética, dos combustíveis fósseis — carvão, petróleo e gás — para fontes renováveis de energia, como eólica e solar.

“Precisamos ver uma mudança quase total para as fontes renováveis de energia, que têm o poder de transformar vidas e economias ao mesmo tempo em que protegem o planeta”, afirmou a dirigente em uma carta para os participantes da Assembleia da ONU para o Meio Ambiente, realizada recentemente em Nairóbi, no Quênia.

O chamado da chefe da ONU Meio Ambiente veio poucos dias após o fundo soberano da Noruega — o maior do mundo, de 1 trilhão de dólares — sinalizar que planeja vender algumas das suas ações em empresas de petróleo e gás. A manobra é um golpe simbólico na indústria dos combustíveis fósseis, que vai reverberar entre empresas de energia e seus investidores.

“Agora, mais do que nunca, uma ação urgente e sem precedentes é exigida de todas as nações” para reduzir o aquecimento global, afirma o Relatório de Lacuna de Emissões da ONU Meio Ambiente de 2018. “Para transpor a lacuna de emissões de 2030 e garantir uma descarbonização de longo prazo, os países também têm que aprimorar as suas ambições de mitigação”, acrescenta o documento.

O Painel Internacional sobre Recursos foi lançado pela ONU Meio Ambiente em 2007, para construir e compartilhar os conhecimentos necessários para melhorar o nosso uso de recursos no mundo todo. O painel é formado por cientistas eminentes, altamente qualificados em questões de gestão de recursos, tanto de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento, além de integrantes da sociedade civil e de organizações industriais e internacionais.

FONTE: https://nacoesunidas.org/humanidade-consome-recursos-da-terra-a-taxas-insustentaveis-alerta-agencia-da-onu/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29



World Health
Organization

unicef



for every child

Falta de água e saneamento deixa milhões de vidas em risco no mundo, diz OMS

Mais de 2 bilhões de pessoas enfrentam riscos graves à saúde porque serviços básicos de água não estão disponíveis em um em cada quatro hospitais no mundo, afirmaram as Nações Unidas nesta quarta-feira (3), em apelo para países fazerem mais para prevenir a transmissão de [doenças infecciosas evitáveis](#).

Em primeira avaliação sobre o assunto, o relatório Higiene, Saneamento e Água em Instalações de Assistência de Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), também mostra que um em cada cinco centros de assistência de saúde não possui banheiro ou latrina. O problema afeta

ao menos 1,5 bilhão de pessoas, o que provavelmente reflete uma falta de instalações em comunidades como um todo.

“A principal coisa que é preciso fazer é lavar as mãos, independentemente do que for”, disse Bruce Gordon, coordenador do trabalho da OMS sobre água e saneamento. “Não é uma questão de doença diarreica, é uma questão de qualquer infecção oportunista que pode viver na pele ou entrar em machucados ou no corpo e provocar sepse. Precisamos quebrar a transmissão com a lavagem das mãos”.

Populações dos países pobres são mais vulneráveis, à medida que os serviços básicos de água estão disponíveis apenas em pouco mais da metade de todas as instalações de saúde nos Países Menos Desenvolvidos (LDCs, na sigla em inglês), de acordo com o estudo da OMS e do UNICEF.

O déficit de serviços de água nesses países é significativo especialmente para mães e recém-nascidos. Estima-se que um em cada cinco nascimentos aconteça nos 47 países mais pobres do mundo. Isso significa que, a cada ano, 17 milhões de mulheres nestes países dão à luz em centros de saúde com suprimentos inadequados de água, saneamento e higiene.

Desigualdades perigosas dentro de países

O relatório também revela desigualdades dentro de países. Comunidades em áreas rurais têm menos chances de ter instalações decentes de assistência de saúde, em comparação com pessoas que vivem em cidades, disse Tom Slaymaker, especialista sênior do UNICEF para estatísticas e monitoramento de Água, Saneamento e Higiene.

“Pessoas estão dependendo de centros de saúde sem qualquer tipo de banheiro”, disse. “Pessoas doentes deixam muitos patógenos em suas fezes e, sem banheiros, funcionários e pacientes – incluindo mães e bebês – estão em maior risco de doenças causadas e propagadas por dejetos humanos”.

Enquanto um a cada dez hospitais no mundo não tem banheiro, o número cresce para um a cada cinco para centros de saúde menores, disse Slaymaker.

Instalações do governo também fornecem um nível menor de assistência do que clínicas e hospitais particulares. O relatório mostra que há um grande fracasso em alcançar as diferentes necessidades sanitárias para homens e mulheres – sejam eles pacientes ou profissionais médicos.

Em apelo para que mais países invistam em serviços de água e saneamento, Gordon, coordenador da OMS, disse que compromisso político é essencial.

“Sabemos que Água, Saneamento e Higiene geralmente precisam de fortes financiamentos públicos através de impostos, sim, há um grande movimento para conseguir fundos privados... mas se quisermos realmente alcançar os mais vulneráveis, aqueles que têm poucos recursos, gastos públicos e impostos precisam ser uma grande parte da equação”.

O impacto destrutivo do ciclone tropical Idai no sul da África há três semanas exacerbou a falta de infraestruturas básicas em muitos países da região, explicou Slaymaker, acrescentando que o UNICEF está “fortemente envolvido” na resposta em Moçambique.

“Obviamente neste tipo de situação e demanda por serviços de assistência de saúde é ainda maior, mas a capacidade de fornecê-los é intensamente comprometida”, explicou Slaymaker. Um dos objetivos do relatório, segundo ele, é recomendar como construir estas instalações, “para que sejam capazes de manter serviços de saúde funcionando no futuro, no contexto de desastres como os que vimos”.

Além de dar um panorama geral da situação de água e saneamento na assistência à saúde, relatórios futuros irão monitorar progresso, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

FONTE: <https://news.un.org/en/story/2019/04/1035971>

EVENTOS

II FÓRUM DE GESTÃO DE DESASTRES

DESASTRES URBANOS CAUSADOS PELA ÁGUA

27 DE 2019
MAIO
13H AS 21H



INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES:

<https://www.even3.com.br/desastresagua>

LOCAL:

Newton Paiva
Centro Universitário,
Complexo Silva Lobo.
Av. Silva Lobo, 1730
Grajaú, Belo Horizonte/MG.



Quem se prepara, não para.



Gestão de Desastres: Resiliência, Resposta e Alívio MSc (Online)

Oferecido em conjunto pela HCRI e da Universidade Politécnica de Hong Kong, a Gestão de Desastres: Resiliência, Resposta e Alívio MSc (Online) é projetado para lhe proporcionar conhecimentos e habilidades teóricas e práticas na gestão do risco de desastres e contextos humanitários. Oferecido como MSc a tempo parcial (2,5 a 5 anos) este curso online oferece a flexibilidade para permitir que os alunos a estudar em qualquer lugar do mundo e continuar a trabalhar, enquanto ganhando uma

qualificação. A colocação campo também está disponível para ajudar os alunos a desenvolver suas habilidades práticas na gestão de desastres.

FONTE:https://www.manchester.ac.uk/study/masters/courses/list/10384/msc-disaster-management-resilience-response-and-relief/?utm_source=ineesite&utm_medium=bulletin&utm_campaign=DMRRR&utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=3cb78bdcc7-BWB_2015_7_2_COPY_02&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-3cb78bdcc7-25743853



Internacional de Gestão de Desastres MSc (face-a-face)

The International MSc Gestão de Desastres é projetado para os participantes que querem aumentar as habilidades teóricas e práticas de gestão para reforçar a resiliência a desastres através da prevenção, preparação, resposta e recuperação de eventos de desastres naturais e provocados pelo homem. O curso é ministrado na Universidade de Manchester e pode ser estudada a tempo inteiro (1 ano) ou a tempo parcial (dois anos). Bolsas de estudo e bolsas de estudo estão disponíveis para este curso.

FONTE:https://www.manchester.ac.uk/study/masters/courses/list/09910/msc-international-disaster-management/?utm_source=ineesite&utm_medium=bulletin&utm_campaign=IDM&utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=3cb78bdcc7-BWB_2015_7_2_COPY_02&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-3cb78bdcc7-25743853

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>